

A HISTÓRIA DO CONCEITO DE BONAPARTISMO: OS BONAPARTES VISTOS POR TOCQUEVILLE E MARX.

LA HISTORIA CONCEPTUAL DEL BONAPARTISMO: LOS BONAPARTES VISTOS POR TOCQUEVILLE E MARX.

Adamo Dias Alves
Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira

RESUMO

O bonapartismo é um conceito político dos mais controversos, surgido nas primeiras décadas séc. XIX. Muitos autores tiveram dificuldade na definição e no uso deste conceito decorrente do fascínio e ódio gerados pelos governos de Napoleão Bonaparte e Louis Bonaparte no continente europeu.

Utilizando-se da História dos conceitos, que analisa a semântica histórica dos conceitos, o presente artigo busca descrever a forma como o conceito de bonapartismo foi percebido por dois autores clássicos: Alexis de Tocqueville e Karl Marx.

Em um primeiro momento será explicada a metodologia da História dos conceitos. Em um segundo momento será analisado o contexto do surgimento do conceito e por último o desafio de caracterizar o bonapartismo realizado por Tocqueville e depois Marx.

PALAVRAS-CHAVES: BONAPARTISMO; CESARISMO; HISTÓRIA DOS CONCEITOS; DEMOCRACIA;

RESUMEN

El bonapartismo es uno de los conceptos políticos más controvertidos, que apareció en las primeras décadas del siglo XIX. Muchos autores han tenido dificultades en la definición y uso de este concepto debido a la fascinación y el odio generado por los gobiernos de Napoleón Bonaparte y Luis Bonaparte en Europa.

Utilizando la Historia conceptual, que analiza la semántica de los conceptos históricos, este artículo tiene como objetivo describir cómo el concepto de bonapartismo fue percibido por dos autores clásicos: Alexis de Tocqueville y Karl Marx.

Al principio vamos a explicar la metodología de la historia conceptual. En una segunda fase se analizará el contexto de la aparición del concepto y, finalmente, el desafío de caracterizar el bonapartismo hecho por Tocqueville y después por Marx.

PALAVRAS-CLAVE: BONAPARTISMO; CESARISMO; HISTORIA CONCEPTUAL; DEMOCRACIA;

1 - A HISTÓRIA DOS CONCEITOS COMO METODOLOGIA DA HISTÓRIA.

A história como objeto de estudo comporta várias perspectivas de investigações.

A primeira seria a perspectiva da história tradicional que entende que a história é marcada por continuidades, pelos grandes acontecimentos e suas datas, pelo culto aos heróis e grandes personalidades.

A segunda perspectiva própria da nova historiografia rechaça esta postura e busca demarcar que a história não é caracterizada por uma idéia de progresso constante, não é linear, nem mesmo contínua. A história é factual, complexa, contingente, expressa relações de poder que se manifestam inclusive na forma de se interpretar a história. Deve-se evitar a leitura romântica da história, desmistificar tanto os ídolos como a idéia da existência de um passado glorioso que encobre as estruturas subjacentes aos eventos.

O presente estudo opta pela segunda perspectiva que compreende que a história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso. Esta perspectiva de analisar a história desconfia dela mesma, a critica, pois reconhece no discurso, o resultado de relações de poder que se manifestam na forma como são usadas as palavras, os termos e os conceitos para recontar uma experiência ocorrida no passado.

Dentre as metodologias da história, a *História dos conceitos*, *Begriffsgeschichte*, é uma metodologia da história inserida nesta nova historiografia que analisa a semântica histórica dos conceitos. Partindo da afirmação que o sentido das palavras e termos está envolto em culturas e estão mudando constantemente, a história dos conceitos mostra como uma determinada palavra vem sido associada a diferentes sentidos ao longo da História.

Tem como um de seus fundadores e principal teórico Reinhart Koselleck (1923-2006) um dos mais importantes [historiadores alemães](#) do [pós-guerra](#).

Koselleck¹⁴ compreende que a *história dos conceitos* é um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social e político. A análise desses conceitos deve remeter não só a história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística (KOSELLECK, 2006, p.103).

Nenhum conceito é exatamente a sua ocorrência total e perfeita apreendida no tempo porque toda história é algo diferente do que sua articulação linguística consegue nos transmitir.

Os acontecimentos históricos não são passíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidos sem uma linguagem. Mas nem os acontecimentos nem as experiências se reduzem à sua articulação linguística, pois em cada acontecimento entram inúmeros fatores que nada tem a ver com a linguagem, e existem estratos da experiência que se subtraem a toda comprovação linguística. Assim estruturas pré-linguísticas e a comunicação linguística, história e linguagem estão entrelaçadas, dependem uma da outra, mas nunca coincidem inteiramente (KOSELLECK, 2006, p.267).

Gadamer (1900-2002) exerceu grande influência no pensamento de Koselleck. Foi mestre de Koselleck em Heidelberg, mas no tocante à interpretação da história divergiram consideravelmente, pois para Koselleck a história não se reduz a linguagem, não é uma simples filologia visando extrair a verdade dos textos, mas se aproxima de uma realidade passada, de uma experiência que se situa além dos textos e que pode conter uma estrutura de longo prazo não identificada linguisticamente. Linguagem e História permanecem analiticamente separadas apesar de história e linguagem se condicionarem mutuamente. A história não seria um subcaso do compreender existencial da hermenêutica.

Se existem tais pressupostos (condições pré- ou extralinguísticas) da história que não se esgotam na linguagem nem são remetidos a textos, então a história deveria ter, do ponto de vista epistemológico, um *status* que a impede de ser tratada como um subcaso da hermenêutica. Esta é a tese que quero fundamentar (KOSELLECK, 1997, p.69) (TRADUÇÃO NOSSA) [21](#).

Diferente dos anseios de Gadamer de que a *história dos conceitos* fosse aplicada, sobretudo, pra história antiga, Koselleck direciona sua investigação para a modernidade.

Koselleck caracteriza a modernidade pela constante aceleração temporal que pode ser vislumbrada ao se relacionar as experiências do passado e as expectativas com relação a um futuro que tende cada vez mais a se desprender dos limites possíveis dados pela experimentação.

Para a compreensão da relação entre passado e futuro, Koselleck utiliza duas categorias meta-históricas: espaço de experiência e horizonte de expectativa.

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, se fundem tanto elaboração racional como formas inconscientes de comportamento. A experiência é passada de geração por geração, sempre está contida e é conservada por uma experiência alheia. A história é, portanto, concebida como conhecimento das expressões alheias, várias ocorrências justapostas de histórias ocorrendo simultaneamente.

A expectativa também é ligada ao interpessoal, é atual pois se realiza no hoje, é o futuro presente, o previsto, o ainda-não. A expectativa pode ser composta por desejo, vontade, medo, esperança, curiosidade, análise racional, etc (KOSELLECK, 2006, p.310).

Não são termos complementares apesar de se relacionar e tem formas de ser diferentes. Jamais coincidem, assim como um alerta para o historiador é que uma expectativa jamais pode ser deduzida exclusivamente da experiência. As expectativas podem ser revistas, as experiências recolhidas. Como afirma Koselleck "uma experiência feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais" (KOSELLECK, 2006, p.310).

A *história dos conceitos* surgiu como uma crítica à tradução contextualizada de expressões cronologicamente relacionadas ao campo semântico constitucional, em seguida essa especialização pretendeu uma crítica a história das idéias, compreendida por Koselleck como "conjunto de grandezas constantes, capazes de se articular em diferentes formas históricas sem qualquer alteração essencial", a partir desses empreendimentos que a metodologia da história dos conceitos passou a perceber que ao longo da investigação de um conceito podia-se investigar também o espaço de experiência e o horizonte de expectativa associados a determinado período, ao mesmo tempo em que se investigava também a função social e política deste conceito (KOSELLECK, 2006, p.104).

Esta metodologia busca traduzir sentidos lexicais em uso no passado, como o bonapartismo, para a nossa compreensão atual, pois, em um primeiro momento, a ação investigativa se processa pela análise sincrônica do passado que ao ser redefinida, é completada de forma diacrônica. Operacionalizada ao longo das épocas, acaba por se transformar, também no que diz respeito ao conteúdo, em uma história do respectivo conceito ali abordado. Em uma segunda etapa da investigação os conceitos são separados de seu contexto situacional e seus significados lexicais investigados ao longo de uma sequência temporal, para serem depois ordenados uns em relação com os outros, de modo que as análises históricas de cada conceito isolado agregam-se a uma história do conceito. Neste estágio da investigação, o método histórico-filológico se sobressai por seu caráter histórico conceitual.

A análise da *história dos conceitos* acaba por aumentar o rendimento social e histórico da investigação. Pode-se perceber por quanto tempo permaneceu inalterado o conteúdo de um conceito, o quanto este foi alterado, de que modo o sentido de um conceito foi alterado ao longo do tempo. Só por esta análise diacrônica que realizamos do emprego de um conceito em seu determinado tempo histórico que se pode avaliar o impacto social ou político, assim como de suas respectivas estruturas.

A *história dos conceitos* coloca-se como problemática indagar a partir de quando determinados conceitos são resultados de processos de teorização. Essa problemática é possível de ser empiricamente tratada, objetivando essa constatação, por meio do trabalho com as fontes.

Koselleck defende a hipótese de que todo conceito é sempre concomitantemente fato (Faktor) e indicador (Indikator). Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno lingüístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua (KOSELLECK, 1992, p.3).

O historiador tem que ter em mente que todo conceito articula-se a certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível.

No tocante aos tipos de conceitos, Koselleck os classifica em três grupos: no primeiro grupo encontram-se os conceitos tradicionais da doutrina constitucional aristotélica, cujos sentidos lexicais permaneceram em parte e cuja exigência pode também ser resgatada empiricamente nos tempos de hoje. Por outro lado, há conceitos cujo conteúdo se alterou de maneira tão decisiva que a despeito da mesma constituição linguística, são dificilmente comparáveis; seu sentido só pode ser recuperado historicamente. Por fim, tem-se os neologismos que surgem em certos momentos e que reagem a determinadas situações sociais e políticas cujo ineditismo eles procuram registrar ou até mesmo provocar, neste exemplo temos comunismo, fascismo, e o bonapartismo (KOSELLECK, 2006, p.106).

Por se desenvolver nesta pesquisa uma história de um conceito de movimento⁴, o bonapartismo, é necessário explicar as peculiaridades deste tipo de conceito.

Os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história, como por exemplo democracia, ditadura, politéia, etc. Quando se tem um neologismo, ele pode ser uma reação à uma situação nova não vislumbrada no espaço de experiência ou a busca por gerar uma nova relação social e política empreendida por determinado estrato social. Os conceitos são decorrentes de relações sociais e políticas, mas é importante salientar que os conceitos podem também gerar estas mesmas relações.

Na modernidade, a temporalização gera uma grande influência sobre a linguagem e após a Revolução Francesa se tem todo um uso desta influência no vocabulário político e social. O tempo integra os principais conceitos da política, dos programas sociais de forma que tudo a ser debatido leva em consideração uma variação temporal sem o qual conceito e argumento perdem sua força (KOSELLECK, 2006, p.296).

Conceitos como república que tem uma experiência já saturada, é convertido em um conceito de expectativa, isso é possível pelo emprego de uma expressão que indica uma princípio do movimento histórico, que contém um mandamento de ação política para a implementação de algo. Assim fez Kant ao elaborar o conceito de republicanismo.

Para ele a "república" era uma finalidade que podia ser deduzida da razão prática, e a qual o homem desde sempre aspirou. Para o caminho que haveria de levar a isto, Kant empregou a nova expressão "republicanismo". O republicanismo indicava o princípio de movimento histórico, e impulsioná-lo era um mandamento de ação política. Qualquer que seja a constituição hoje em vigor, o que importa, a longo prazo, é substituir a dominação do homem sobre o homem pela dominação das leis, isto é, tornar realidade a república (KOSELLECK, 2006, p.325)

O antigo conceito que expressava uma experiência determinada, se transforma em um objetivo, uma finalidade ao mesmo tempo que o sufixo "ismo" se temporalizava em um conceito de movimento. Assim republicanismo servia para antecipar o movimento histórico e influenciando o acontecer político. Assim o é com fascismo, comunismo e bonapartismo.

Estas expressões ao serem criadas possuíam pouco ou nenhum conteúdo de experiência, mas como conceitos de movimento tem a tarefa de levar a um futuro novo, ajudam a criar novas situações constitucionais. São termos que reagem ao desafio de transformação constante e aceleração temporal típica da sociedade moderna. Os conceitos são ampliados não de forma casual ou arbitrária, mas como uma adaptação operada no processo histórico.

Os conceitos de movimento servem como estandartes, padrões, lemas para ordenar a sociedade moderna, fazer diagnósticos científicos e políticos, sendo por isso slogan para partidos políticos (KOSELLECK, 2006, p.326).

A *história dos conceitos* além de trabalhar com a perspectiva dos conceitos em movimento, trabalha com outra classificação denominada de conceito-chave (*Grundbegriffe*), classificações que podem coincidir em um mesmo conceito.

No *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, um dicionário interdisciplinar de 1972 publicado em oito volumes, editados por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck em seu primeiro volume tem-se a análise de vários conceitos-chave como os conceitos de ditadura, democracia, bonapartismo, cesarismo entre outros.

2 - O CONTEXTO DO SURGIMENTO DO CONCEITO DE BONAPARTISMO.

O conceito de bonapartismo, um neologismo do séc. XIX que expressa um conceito de movimento, é também classificado por Koselleck de *Grundbegriffe*, conceito-chave ou conceito básico. Diferente dos conceitos em geral, um conceito-chave é:

"... inescapável, parte insubstituível do vocabulário político e social. Conceitos básicos combinam múltiplas experiências e expectativas de tal forma que eles se tornam indispensáveis a qualquer formulação das mais questões urgentes de um determinado tempo. Todos são sempre polêmicos e controvertidos (KOSELLECK In RICHTER, 2005, p.226) ⁴⁴. (TRADUÇÃO NOSSA).

Richter lembra que conceitos como bonapartismo, cesarismo, foram usados livremente por qualquer tipo de análise, fosse um texto científico, filosófico, jornalístico ou pelo senso comum. Muitas vezes este tipo de conceito foi empregado para gerar polêmica, mas também e ao mesmo tempo, atender a vários propósitos: identificar e desacreditar alianças, posturas contrárias a um valor de determinados setores da sociedade, estabelecer a ordem, alcançar liberdade política, implementar democracia (RICHTER, 2005, p.226).

Um conceito-chave pode sofrer várias contestações sobre seu significado que pode ser fruto de uma estratégia semântica para que seu uso sofra reversão, uma neutralização ou uma redefinição. Hobbes reduziu tirania a uma desagradável soberania, Robespierre inverteu o sentido negativo da palavra tirania ao usar e defender o termo despotismo da liberdade. Estas estratégias semânticas utilizadas na construção do discurso foram fundamentais e são ainda utilizadas pelos mais variados atores políticos, seja para desacreditar, corroborar, criar, redefinir ou neutralizar o argumento de um adversário.

Uso muito freqüente no período das revoluções, o abuso das palavras foi tema inclusive de discussão por Locke na sua obra *Ensaio sobre o entendimento humano* em seu capítulo 10, do terceiro livro, afirmando que este abuso "gerava confusão, desordem, incerteza", poderia gerar a destruição ou desuso das normas, da religião e da Justiça (LOCKE In RICHTER, 2005, p.p.231-232).

Fato é que franceses utilizaram de novos conceitos e de redefinições para atacar o Antigo Regime, evidenciar dominação por uma classe, criticar instituições como a Igreja, denunciar os privilégios de uma forma geral. Diderot, Voltaire e muitos outros utilizaram dessa prática antes e após as revoluções do séc. XVIII. Um exemplo bastante difundido foi a redefinição que Sieyès realizou em seu famoso texto *O que é o Terceiro Estado?* Ao redefinir toda a dinâmica da reunião dos Estados Gerais e ressaltar a grande importância do segmento do Terceiro Estado para a ordem revolucionária, a redefinição pode auxiliar muito o interesse dos revolucionários em derrubar os privilégios e os estamentos.

Tiranía e despotismo, conceitos-chave que já haviam sido muito utilizados nos séculos anteriores, foram classificados e re-classificados como por autores como Montesquieu, ao ponto de serem tratados até como sinônimos, o que diferia muito da separação feita entre eles por Aristóteles na Antiguidade.

A questão é que num curto período de tempo de uso variado de vários conceitos-base, a França vivencia a Tomada da Bastilha, o Terror, o Diretório e um golpe de Estado por Napoleão Bonaparte.

A aceleração na modernidade fica evidenciada na dificuldade em se definir algo novo, em criar estabilidade nas instituições que sofriam mudanças bruscas em curto período de tempo. O título de defensores da revolução mudava em questão de semanas. Questões como quem são os revolucionários? Quem são os conservadores? Qual o papel dos girondinos? E dos jacobinos? O rei ora expressão de poder legítimo é executado por aqueles que eram contra a pena de morte, dentre eles Robespierre.

Neste período percebe-se a dificuldade em consolidar conceitos, eles são apropriados pelos mais diversos setores, o passado não é mais base para se repensar o presente.

O próprio termo *vontade geral* de Rousseau (1712-1778) é apropriado de diversas maneiras seja nos discursos de Robespierre⁴⁵, seja para a interpretação liberal da representação política. Este termo dará origem à teorização de uma soberania popular ilimitada do povo por Sieyès (1748-1836) que, entretanto, era contrário ao sufrágio universal e a participação política da maioria da população. (LOSURDO, 2004, p. 45 e ss.)

O pensamento antidemocrático dos autores liberais encontram suas origens no anti-jacobinismo, e na defesa das prerrogativas políticas da burguesia no receio de perder suas posses e seu poder político para uma forma de governo de uma democracia de massas ou de uma ditadura.

Depois do Termidor, a burguesia liberal termina por se ver diante de um dilema: por um lado, adere ao regime representativo em função antiabsolutista e antifeudal; por outro, deve impedir que a representação política confira uma excessiva influência às massas populares. A saída encontrada era o retorno a uma política de rígida restrição censitária dos direitos políticos que caracterizava o antigo regime: a crítica à política social dos jacobinos é feita concomitantemente com a crítica ao sistema eleitoral democrático. Particularmente visado é o imposto progressivo, denunciado como sinônimo de "lei agrária" e, portanto, de atentado ao direito de propriedade (LOSURDO, 2004, p.16).

Outra medida desejada pelos membros da burguesia liberal é a reivindicação da existência do voto censitário, implementação de barreiras à participação do povo, mudanças na estrutura dos representantes políticos que além de extremamente ineficaz e lenta na decisão de questões, abria a possibilidade de eleger partidários do neojacobinismo.

Pela análise destas questões se percebe que o mito de que o liberalismo levava necessariamente a democracia é desfeito. Sieyès, famoso pelo panfleto *O que é o Terceiro Estado?* defende uma representação popular mais ampla, mas a compreende com a defesa do voto censitário. Sieyès teorizou a existência e a necessidade de se distinguir cidadãos ativos e cidadãos passivos. Considerava como um fato pacífico que "a multidão sem instrução" seja obrigada a um trabalho "forçado", portanto, seja "privada de liberdade". Outra proposta sua era introduzir na França o trabalho servil ou semi-servil, a que deveriam ser submetidos os cidadãos passivos ou as "máquinas de trabalho", estas duas categorias que segundo o autor liberal, às vezes, coexistiriam tranqüilamente. E, além da menção às *machines de travail*, o porta-voz do Terceiro Estado e da burguesia liberal francesa fala da "maior parte dos homens" como "instrumentos humanos da produção" ou "instrumentos bípedes", retomando em última análise a categoria de que se serve Aristóteles para definir o trabalho servil (SIEYÈS in LOSURDO, 2004, p.45).

É justamente este esvaziamento do sufrágio universal, do conceito de democracia, de cidadania, de soberania popular que formou o contexto do surgimento do bonapartismo. Sieyès é inclusive um dos apoiadores do golpe de Estado de 18 de brumário de Napoleão Bonaparte, só após perder seu poder se tornará crítico como vários autores liberais do bonapartismo⁶¹.

É diante deste quadro de cláusulas limitadoras dos direitos políticos, de desgaste da representação política junto à população já descrente com a política e a defesa dos valores da revolução que surge a figura de Napoleão.

O general Napoleão Bonaparte se destaca em várias campanhas e a cada vitória vai conseguindo mais apoio e reconhecimento dos mais variados setores da sociedade.

Napoleão arregimenta um grande apoio das tropas militares e do campesinato. Afirma ser filho da revolução e defensor de seus ideais contra um inimigo interno e externo que ronda e ameaça o país.

Em um contexto marcado pela preocupação da classe dos proprietários de terras e pequenos burgueses com levantes populares e uma retomada de poder de neojacobinos, receio de derrota francesa nas frentes de batalha, inconstância das instituições políticas, desrespeito à Constituição e aos direitos dos cidadãos, a figura de Bonaparte atendia bem a idéia de um defensor que ao mesmo tempo em que ludibriasse o povo ao se afirmar seu defensor e representante, pudesse criar uma nova ordem defensora dos direitos da minoria política e proprietária de bens na França.

É assim que inicialmente liberais como Sieyès verão a figura de Bonaparte como um aliado na defesa de seus interesses e privilégios. Contudo, após o golpe Bonaparte irá pouco a pouco retirar qualquer empecilho ou rival do seu governo no consulado até consolidar uma estrutura em que ele é o representante único no Império.

Para alcançar o poder Napoleão usa de um plebiscito que o transforma em Imperador da França, reforça a idéia da legitimidade de seu governo perante qualquer ataque de opositores e enfraquece a oposição ao seu poder pelo Senado. Assim surgia uma nova forma de governo que seria posteriormente definida em 1816 como bonapartismo.

Como prática da época esta nova forma de governo recebeu as mais variadas denominações que ora defendiam-na (conotação positiva), ora atacavam-na na pessoa do imperador e de tudo que ela representava (conotação negativa).

3 - TOCQUEVILLE E A CRÍTICA AO GOVERNO DOS BONAPARTES

Quando Alexis de Tocqueville (1805-1859) inicia seus escritos políticos, o termo bonapartismo era vulgarmente utilizado na França. Era aplicado de forma positiva entre os partidários do regime personalista de Napoleão Bonaparte e em sentido negativo pelos autores liberais que o relacionavam ao termo despotismo.

O traço distintivo de Tocqueville para os demais autores é que ele percebe o ressurgimento do regime pessoal de Napoleão Bonaparte sendo retomado pelo seu sobrinho Louis Bonaparte, ou Napoleão III, graças à contrariedade de seus contemporâneos à forma de governo democrática, e da implementação de uma forma de governo que não era legítima ou mesmo a melhor forma de governo possível para a França.

Tocqueville, em suas obras, busca descobrir uma forma de governo legítima e que não degenerasse nas experiências francesas do Terror e de Napoleão Bonaparte.

Tocqueville chegou a conclusões muito diferentes sobre a possibilidade de combinar democracia com liberdade, da soberania popular com respeito aos direitos individuais do que chegara Guizot e Constant. Embora ele não sentisse menos antipatia do que eles com relação ao Terror e o Império Napoleônico.

O interessante é que Tocqueville critica a proposta dos autores da restauração como Guizot de um governo dos capazes, dos melhores da sociedade, apesar de seu pai ter sido beneficiado com o cargo de prefeito no período da restauração graças a essas políticas defendidas por Constant e Guizot.

Para que não ocorresse a degeneração dos governos, Tocqueville identificou cinco formas de governo que eram verdadeiras ameaças à democracia moderna: o despotismo legislativo, a tirania da maioria sobre a opinião pública, o governo despótico ao modelo dos Césares, a despotismo democrático ou administrativo de uma centralização moderada, e o despotismo militar ou imperial, que é o que outros autores chamaram de bonapartismo ou ditadura (RICHTER, 2007, p.250).

O despotismo legislativo é visto por Tocqueville como uma forma diferente da idéia de Montesquieu de que despotismo era o governo arbitrário e absoluto de um só homem. A experiência existente com a convenção nacional durante a Revolução Francesa demonstra como um corpo de representantes pode exercer suas funções de forma arbitrária e absoluta, sem consideração a existência de uma constituição e de direitos civis dos cidadãos.

Esta forma foi bem descrita por Tocqueville em 1848 no momento da discussão sobre a constituição da Segunda República. Ele defendeu o bicameralismo devido à relação do unicameralismo com o Terror.

"A doença fatal e crônica para as (unicameral) legislaturas é a sua intemperança na legislação. A tirania desse ramo é constituída na sua vontade insaciável de continuar a fazer leis... A (característica) da doença (lèpre) das democracias é impetuosidade, a imprudência legislativa que culmina com a opressão"^[7] (TOCQUEVILLE In RICHTER, 2007, p.250).

Neste caso, Tocqueville utilizada de forma indistinta tirania e despotismo para expressar esta grande produção legislativa que levaria a intromissão nos assuntos privados dos cidadãos não normatizados.

A tirania ou despotismo da maioria que suprime as liberdades de pensamento e de expressão seria outra ameaça às democracias ocidentais.

É o receio comum a Guizot e Constant dos efeitos negativos da soberania popular ilimitada. Para ser evitada Tocqueville recomenda a redução da centralização administrativa para mitigar esta tirania da maioria, pois não é possível eliminá-la. Esta seria ação no plano político. No plano jurídico Tocqueville entendia ser imprescindível a garantia da liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a garantia do uso incontestável dos direitos individuais.

Losurdo entende que Tocqueville seria outro autor liberal que apesar de combater o bonapartismo lhe dá causa. Para o marxista italiano, Tocqueville antes de ser descrito como um teórico da democracia deveria ser elencado entre os seus críticos, considerando as suas reflexões sobre o sufrágio universal e direito. O autor de *Democracia na América* teria partido das mesmas preocupações sociais que se observa na tradição liberal anterior a ele: seria nitidamente contrário a uma intervenção do poder político no campo econômico, a qualquer hipótese de redistribuição de renda e, conseqüentemente, a um sistema eleitoral capaz de favorecer tais eventualidades.

O liberal francês está tão distante da idéia de sufrágio universal e de participação democrática das amplas massas na vida política que, em transparente polêmica contra a agitação dos banquetes, declara: "Não se deve cortejar o povo e não se deve conferir-lhe, pródiga e temerariamente, mais direitos políticos do que aqueles que é capaz de exercer". Em compensação, em relação às "necessidades do pobre", os órgãos legislativos, eleitos em base censitária, devem mostrar uma solicitude "filantrópica", de modo a vincular o povo às instituições e a "consolá-lo do lato de não fazer a lei, fazendo-o incessantemente ver que o legislador pensa nele" (LOSURDO, 2004, p.21).

Continuando a classificação das ameaças a democracia, Tocqueville descreve a tirania dos Césares. Este perigo a democracia tem como causa o despreparo da população em exercer a cidadania e o não estabelecimento de uma regra de exercício do poder pela maioria na França naquela época:

Mas eu acho que, se as instituições democráticas não são introduzidas gradualmente entre nós [em França], e se a todos os cidadãos não forem fornecidas as idéias e sentimentos que primeiro os prepararão para a liberdade, não haverá independência de ninguém, (...) mas uma tirania iguais para todos. E eu prevejo que, se neste momento não se conseguir estabelecer a regra pacífica do maior número, vamos acabar mais cedo ou mais tarde, sob o poder ilimitado de uma única pessoa.^[8] (TRADUÇÃO NOSSA) (TOCQUEVILLE In RICHTER, 2007, pp.252-253).

Esta classificação foi muito problemática para o autor que mudou seu entendimento sobre a sua possível ocorrência ao longo do tempo.

Numa primeira edição de *A democracia na América* Tocqueville apresenta aos franceses, duas formas de governo uma marcada por uma democracia moderada com controles sobre o governo e outra marcada pela tirania dos césares. Contudo, Richter ressalta que segundo alguns manuscritos encontrados posteriormente, Tocqueville mudou de opinião e afirmou ter tratado a questão na primeira edição de *A democracia* de forma superficial. Segundo palavras de Tocqueville: "A tirania dos Césares era um espantallo que não amedrontava ninguém"^[9] (TRADUÇÃO NOSSA) (TOCQUEVILLE In RICHTER, 2007, p.253).

Com o Segundo Império, Tocqueville abandona por vez qualquer referência a Roma Antiga ainda mais depois que defensores de Louis Bonaparte viam-no como Júlio César um ser que a providência manda para levar a sociedade ao progresso e surgem várias teorias utilizando o conceito de cesarismo.^[11]

A classificação da tirania dos Césares foi abandonada porque Tocqueville passa a compreender que o fenômeno antigo recaia sobre um grupo delimitado de pessoas e não atingia a vida privada da população. Era violento, mas localizado em pequenos grupos. O que ocorria na modernidade era algo bem distinto. Por isso Tocqueville se recusa a usar o termo cesarismo para descrever Napoleão e Louis Bonaparte.

Por fim, o despotismo democrático ou administrativo era considerado por Tocqueville a maior ameaça à liberdade dos povos democráticos.

As palavras despotismo e tirania eram inadequadas para conceituar este fenômeno que era inédito. Como Tocqueville não conseguia conceituá-lo, buscou defini-lo como um aparato estatal centralizado e beneficente para satisfazer o bem-estar da população. A forma de governo operacionalizava-se de forma absoluta, onipresente, regular em seus procedimentos, detalhada em sua aplicação, paternalista na sua antecipação aos desejos de todos os sujeitos (RICHTER, 2007, p.255).

Para Tocqueville os povos democráticos tornar-se-iam ovelhas subservientes nas mãos dos burocratas. Por ser aparentemente pacífica e utilizar-se de rebuscamento e de institutos cada vez mais distante da população, esta não teria interesse e não demonstraria inconformismo com o governo.

Esta forma exercia um poder muito mais abrangente do que o da tirania em Roma porque atingiam não um segmento, mas toda a população. Com a figura de guardião dos interesses do povo estava preparado o argumento para aplacar ainda violentamente os focos que houvessem de rebelião, descontentamento com o Estado.

Os defensores desta forma para defender toda a população entendem que é legítima a concentração do poder nas mãos de um só, ou de um grupo e que pode ser necessária atingir a esfera privada dos cidadãos.

Richter ao realizar sua história do conceito de bonapartismo e demais conceitos semelhantes informa que Tocqueville mostrou determinação em buscar um novo conceito para o que ocorria no período de Louis Bonaparte e Napoleão Bonaparte. Não concordava com o termo usurpação, despotismo, tirania, mas acaba por usar uma caracterização do despotismo: o despotismo administrativo ou despotismo democrático que diferente dos outros tipos de despotismo pré-revolucionários era um movimento dinâmico.

Esta forma de governo de um despotismo administrativo ou despotismo democrático ao longo dos anos de 1837 a 1848 predominaram para Tocqueville como a grande ameaça. O governo estabelecido buscava gerar apatia na população, desinteresse, cultuavam o individualismo e o materialismo da sociedade. Esta perspectiva muda com a Revolução de 1848 e o golpe de Estado de 1851 (RICHTER, 2007, p. 259).

Louis Bonaparte mantém este aparato burocrático, mas insere a aclamação popular para difundir o sentimento de que o povo agora exercia mais poder, isto graças ao uso dos plebiscitos que limitam o momento democrático a aclamação do poder do segundo imperador, a sua prevalência em face da câmara dos representantes, ele é o representante único. Este despotismo democrático constrói toda a sustentação do segundo império e suas políticas imperialistas.

Tocqueville com os novos acontecimentos passa a compreender que a Revolução Francesa apresentou duas correntes que vão marcar a história francesa: uma favorável a liberdade onde os direitos individuais e a liberdade são obedecidos e protegidos pelo Direito e outra corrente favorável ao despotismo onde em nome da soberania popular ilimitada era ostentado um poder supremo.

Com o povo afastado da política, com fortes restrições à participação política, a democracia corria risco e como grande expoente da corrente do despotismo estava Napoleão Bonaparte.

Tanto no Terror como no Império, o poder da convenção e o poder do imperador detinham o poder absoluto sobre todos sobre o argumento que ambos eram manifestações concentradas da soberania ilimitada do povo. Tocqueville busca evidenciar a contrariedade total destas formas de governo com a liberdade.

Se um governo absoluto nunca fosse estabelecido em um país com uma sociedade (état social) democrática assim como privada de moralidade (démoralisé) como a França, não haveria limites concebíveis para a tirania. Sob Bonaparte já vimos um excelente exemplo de tal regime. . .^[12]. (TOCQUEVILLE IN RICHTER, 2007, pp.259-260)

Quando Danton cortou as gargantas daqueles infelizes cujo único crime foi o de não pensar como ele fez, isto era liberdade? Quando, mais tarde Robespierre enviou Danton para ser guilhotinado porque ele se atreveu a se tornar seu rival, não há dúvida que foi a justiça, mas era liberdade? . . . Quando Bonaparte. . . substituiu a tirania de uma única pessoa (la tyrannie d'un seul) pela tirania das facções, era liberdade? . . .^[13] (TOCQUEVILLE IN RICHTER, 2007, p.260)

Segundo Richter, Tocqueville atribui o legado da política antiliberal a Napoleão: a perfeição de uma máquina administrativa centralizada, a codificação de uma lei civil que encorajava o enriquecimento pessoal, mas limitava as liberdades de imprensa e de associação, o lançamento das justificativas teóricas para a tomada do poder pela força dos governos constitucionais, a invenção da ditadura plebiscitária como um pseudo - alternativa democrática ao governo representativo, e entre aqueles que se consideravam como herdeiros da Revolução, a criação de uma tradição de desrespeito aos direitos individuais e governo constitucional (RICHTER, 2007, p.260).

Graças às experiências do terror e do governo bonapartista, Tocqueville entende que fazia parte da cultura política francesa um conjunto distintivo de costumes políticos pós-revolucionários que viam a violência como algo comum na política, a normalidade quanto à existência de líderes autoritários e quanto ao desrespeito dos direitos individuais por parte do Estado. Costumes que foram reafirmados pelos governantes que lhe sucederam (RICHTER, 2007, p.261).

"Bonaparte foi o maior inimigo da liberdade política, aquele que colocou obstáculos no caminho do seu programa. Bonaparte sentiu em relação à liberdade cuidadosamente aquele ódio considerado peculiar ao seu gênio, que era ao mesmo tempo ambicioso e dominador. . . ." ^[13] (TOCQUEVILLE In RICHTER, 2007, p.261)

Tocqueville culpava Napoleão pelo legado antiliberal desde 1831, mas foi em 1842 que Tocqueville passa a considerá-lo uma forma de governo e com o golpe de Louis Bonaparte encerra sua caracterização sem nominá-lo bonapartismo, apesar do conceito já existir tanto para defender como atacar a referida forma de governo.

Tocqueville entende que o sucesso de Napoleão se deve, sobretudo, a astúcia de aperfeiçoar o maquinário do Antigo Regime e dos prodígios alcançados em suas conquistas militares. Isto gerou um imaginário popular extremamente favorável, o culto de um herói. Tocqueville, contudo, afirma que Napoleão foi "o maior homem que um homem sem virtude pode ser" (TOCQUEVILLE In RICHTER, 2007, p.262).

O uso dos plebiscitos pelos dois bonapartes e exteriorização da tensão interna do país para as guerras contra outras nações "o inimigo era o culpado pela situação da França", gerou, inclusive, a derrocada da experiência bonapartista. Destruição, miséria e um número absurdo de mortes por toda a Europa foi o legado de Napoleão.

Com o segundo império de Louis Napoleão, Tocqueville sai da vida política, apesar de ainda fazer duras críticas ao segundo imperador e a seus defensores.

Para Tocqueville os plebiscitos de Louis Napoleão são marcados pelas fraudes e pela corrupção comuns aos existentes à época de seu tio.

Já no que diz respeito à opinião pública, fabricada pelos defensores do Império, Tocqueville critica a criação de teorias políticas e jurídicas absurdas para defender os feitos dos imperadores:

Juristas [légistes] criam uma teoria e uma filosofia [para justificar] poder de fato criado pela violência e pela força. Desde a difusão do direito romano, os tiranos em todos os países europeus acharam que seria mais fácil recrutar juristas do que carrascos, embora sob déspotas ambos os tipos floresçam. Mesmo o mais mediocre usurpador tem seu jurista para provar que a violência é a lei, a tirania, ordem, a servidão, progresso^[14]. (TOCQUEVILLE In RICHTER, 2007, p.267)

Tocqueville falece em 1859 sem ver a ruína do Segundo Império.

4 - KARL MARX E O DEZOITO DE BRUMÁRIO DE LOUIS BONAPARTE

Karl Marx (1818-1883) é autor fundamental para o estudo do bonapartismo uma vez que ele terá a preocupação de problematizá-lo. É atribuída a Marx a difusão mundial do termo e de suas características.

Marx ao presenciar o golpe de 1º de dezembro de 1851 realizado por Louis Bonaparte, ou Napoleão III, expressa em vários artigos jornalísticos, que serão reunidos na obra *O 18 de brumário de Louis Bonaparte*, sua reflexão sobre um evento que ninguém entendia.

Engels ao prefaciá-la terceira edição alemã corrobora a idéia da incompreensão geral com o segundo 18 de brumário:

Imediatamente depois do acontecimento que surpreendeu todo o mundo político como um raio caído de um céu sereno, e que foi condenado por uns gritos de indignação moral e acolhido por outros como tábua de salvação contra a revolução e como castigo pelos seus erros, mas que apenas provocava o assombro de

Outras obras naquele período trataram sobre o golpe de Napoleão III. Dignas de nota para Marx estavam: *Napoléon, le petit*, de Victor Hugo, e *Coup d'État*, de Proudhon. Ambas as descrições acabavam por engrandecer Louis Bonaparte.

Marx desenvolveu uma postura contrária. Tinha a preocupação em demonstrar como a luta de classes criou, na França, circunstâncias e condições que permitiriam a um "personagem medíocre e grotesco representar um papel de herói" (MARX, 2008a, p.p. 7-8).

Marx despreza e critica muito a figura dos ditadores. Logo no início de seu texto reflete que:

Hegel observou certa vez, que todos os fatos e personagens de grande importância na história universal ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luis Blanc por Robespierre, a *Montagne* de 1845-1851 pela *Montagne* de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do 18 de Brumário (MARX, 2008a, p.16).

Marx percebe nos dois brumários a ocorrência de uma forma de governo em que é desautorizado o poder legislativo, ou seja, o parlamento, que no Estado democrático representativo, criado pela burguesia, constitui o poder primário, e em que se efetua a subordinação de todo o poder ao executivo, dirigido por um grande personagem carismático, que se apresenta como representante direto da nação, como garante da ordem pública e como árbitro imparcial diante dos interesses contrastantes das classes (BOBBIO, 1994, P.118).

Contrariando Hegel que entende que os fatos importantes se repetem apenas duas vezes, Marx percebeu a ocorrência de outras tragédias e farsas de ditaduras bonapartistas ou de ditaduras com elementos bonapartistas, em um tempo descrito como de crise das instituições burguesas.

As novas farsas e tragédias na história reapareceriam, segundo Marx, mesmo distante do continente europeu. Ao analisar a ascensão de Bolívar em uma carta a Engels afirmou "seria ultrapassar os limites querer apresentar como Napoleão I o mais covarde, brutal e miserável dos canalhas. Bolívar é o verdadeiro Soulouque" ^[15] (MARX In ARICÓ, 2008b, p.8, nota 2).

Soulouque foi o imperador haitiano que Marx e Engels usaram para ridicularizar Napoleão III. Este uso evidencia com perfeita clareza que ele via em Bolívar um arremedo do bonapartismo no continente americano, ou, melhor dizendo, a experiência de um tipo de ditador bonapartista fora do âmbito exclusivo francês e europeu (ARICÓ, 2008b, p.8).

Marx preocupa-se com a forma que está sendo descrita esta nova forma de governo, como ela estava sendo conceituada. Isto é percebido pelo prefácio à 2ª edição do *18 de brumário*, em que Marx afirma que espera com seu trabalho contribuir para afastar o termo em voga no momento da edição do livro, que é cesarismo. Não se trataria no que diz respeito ao golpe de Louis Bonaparte de cesarismo. Cesarismo seria uma analogia superficial que se esquece o mais importante, que na antiga Roma a luta de classes se processava apenas entre uma minoria privilegiada, entre ricos cidadãos livres e os pobres cidadãos livres, enquanto a grande massa produtiva, os escravos. A diferença entre as condições materiais, econômicas, da luta entre as classes antiga e moderna é muito grande^[16].

Marx utilizou para descrever a situação o termo bonapartismo, apesar de que raramente empregava o termo em suas obras. O termo bonapartismo é muito empregado em sua correspondência com Engels. Autores afirmam que Marx provavelmente era relutante em empregar o termo com receio de elevar a experiência napoleônica à categoria política geral, o que ocorreu com seus seguidores^[17].

Segundo Bobbio, para Engels e Marx^[18]:

(...) o bonapartismo é a forma de governo em que é desautorizado o poder legislativo, ou seja, o parlamento, que no Estado democrático representativo, criado pela burguesia, constitui o poder primário, e em que se efetua a subordinação de todo o poder ao executivo, dirigido por um grande personagem carismático, que se apresenta como representante direto da nação, como garante da ordem pública e como árbitro imparcial diante dos interesses contrastantes das classes (BOBBIO, 1994, P.118).

Os fundadores do materialismo histórico afirmam que a autonomia do poder bonapartista com relação à classe dominante é pura aparência se o conteúdo concreto da política desenvolvido for coincidente com os interesses da classe dominante. A autonomia seria real ao nível de superestrutura política, onde foi desautorizado o parlamento, através do qual se exprime o poder político da classe dominante.

Esta forma de governo surge numa situação crítica da sociedade civil que tem duas características fundamentais.

Em primeiro lugar, a situação de conflito de classe com o proletariado extremamente agudo em que a classe dominante, para garantir a sobrevivência da classe burguesa, se vê obrigada a ceder seu poder político a um ditador que, com seu "carisma" e com os instrumentos de um despotismo não mais tradicional, ou seja, não fundado na sucessão legítima, seja capaz de reconduzir à disciplina a classe dominada.

Em segundo lugar, a ditadura bonapartista pode se sustentar, desde que conte com o apoio direto de uma classe que não coincide nem com a burguesia dominante, nem com o proletariado, e que, no caso exemplo de Napoleão III foi a classe dos pequenos proprietários rurais cujos interesses não eram contrários aos da classe dominante (BOBBIO, 1994, p.118).

Na análise de Pistone^[19], o termo tem dois significados diferentes no que se refere à política interna ou política externa, mas que não se excluem necessariamente.

O primeiro uso do termo bonapartismo é utilizado para designar a forma de governo, em que há a subordinação da sociedade civil e das instituições políticas representativas a um líder. Este líder carismático instala seu regime através de um golpe de Estado e afirma expressar diretamente a indivisível soberania do povo, usando de plebiscitos para legitimar excepcionalmente algumas medidas tomadas (OUTHWAITE, 2006, p.50).

O segundo uso do termo bonapartismo é utilizado para designar uma política externa expansionista que tem como objetivo a consolidação de um regime contra contestações radicais de que é objeto dentro do respectivo Estado, robustecendo os grupos dominantes com os prestígios no plano internacional, e enfraquecendo os adversários internos, fazendo com que as suas reivindicações sejam interpretadas como fatores de debilidade da segurança do Estado no plano internacional (BOBBIO, 1994, p.119)^[20].

Pistone afirma que há um nexo entre as duas acepções de bonapartismo já em Engels e Marx.

O despotismo que caracteriza o poder bonapartista não só torna mais fácil uma política expansionista, por não ser contido pelos mecanismos internos de controle liberal e democrático, como é levado, por natureza, a uma política desse gênero, porque um sistema despótico produz inevitavelmente fortes tensões internas, por via das quais se tende a buscar uma válvula de escape exterior, numa política de prestígio e de aventuras militares (BOBBIO, 1994, p.119).

Os plebiscitos têm importância basilar para a implementação do bonapartismo. Foi por meio de um plebiscito realizado para a aprovação da constituição de 22 de brumário do ano VIII que abriu o caminho a Napoleão I promover seu golpe de Estado, por meio dos plebiscitos que Louis Napoleão arregimentou seu poder.

A contribuição com a análise do conceito do bonapartismo é evidenciar que o bonapartismo apesar de se apresentar como uma forma de governo democrática, se apresentar como um governo legítimo em que o povo, em tese, exerceria o poder, na realidade é o maior obstáculo à democracia e ao respeito à Constituição.

O bonapartismo limita a participação do povo a votar "sim" ou "não" sobre uma questão que foi escolhida e elaborada estrategicamente pelo ditador, o povo não participa da elaboração da pergunta, não opta pelo assunto, é base de sustentação para a política desejada pelo Bonaparte. Isto não é democracia, é inclusive manutenção da exploração e do *status quo* das classes políticas burguesas que apóiam o regime porque se beneficiam dele.

Gemma^[21]adverte que apesar do plebiscito ser uma votação popular sobre assuntos de relevância constitucional, ser um instrumento de democracia direta assim como o referendo^[22], ambos foram ao longo da história usados por correntes autoritárias e totalitárias para legitimar o seu poder autocrático (BOBBIO, 1994, p.927).

Marx lembra que a constituição liberal que precede o golpe de Estado de Louis Bonaparte tinha em seu próprio texto, seu germen de destruição ou nos termos empregados por Marx, seu "calcanhar de Aquiles".

O problema da constituição residia na forma de separação dos poderes adotada pela burguesia da época. De um lado estariam setecentos e cinquenta representantes do povo, eleitos por sufrágio universal e reelegíveis; constituindo uma Assembléia Nacional incontrolável, indissolúvel, indivisível, uma Assembléia Nacional que desfrutaria de onipotência legislativa, decidiria em última instância sobre as questões de guerra, de paz e tratados comerciais, que possuiria, só ela, o direito de anistia e, por seu caráter permanente, ocuparia perpetuamente o proscênio, a vitrine do governo para a opinião pública (MARX, 2008a, p. 34).

Do outro lado estaria o Presidente, com todos os atributos do poder real, com autoridade para nomear e exonerar seus ministros independentemente da Assembléia Nacional, com todos os recursos do Poder Executivo em suas mãos, distribuindo todos os postos e dispondo, assim, na França, da existência de pelo menos um milhão e meio de pessoas, pois tantos são os que dependem das 500 mil autoridades e funcionários de todas as categorias. Tem atrás de si todo o poder das forças armadas. Goza do privilégio de conceder indulto individual aos criminosos, suspender a Guarda Nacional, destruir, com o beneplácito do Conselho de Estado, os conselhos gerais, municipais eleitos pelos próprios cidadãos. Têm a iniciativa e a direção de todos os tratados com países estrangeiros como faculdades exclusivas.

Marx compreende que esta disposição de prerrogativas entre os poderes faria com que enquanto a Assembléia permaneceria constantemente em cena exposta às críticas da opinião pública, o Presidente leva uma vida oculta nos Campos Eliseos (MARX, 2008a, p.34).

O grave erro da constituição liberal francesa é que ela gera uma distorção na repartição das atribuições entre os poderes e na representação política no que tangencia a figura do presidente. Para Marx enquanto a Constituição outorga poderes efetivos ao Presidente, procura garantir para a Assembléia Nacional o poder moral. À parte o fato de que é impossível criar um poder moral mediante os parágrafos de uma lei, a Constituição mais uma vez se anula, segundo o autor alemão, ao dispor que o Presidente seja eleito por todos os franceses, através do sufrágio direto que possibilitaria uma relação pessoal do presidente com a população (MARX, 2008a, p.35).

O bonapartismo surge novamente na França porque enquanto os votos são divididos entre os 750 membros da Assembléia Nacional, no caso do presidente estes votos são concentrados em um único indivíduo.

Enquanto cada representante do povo representa apenas este ou aquele partido, esta ou aquela cidade esta ou aquela cabeça de ponte, ou até mesmo a mera necessidade de eleger algum dos 750 candidatos, sem levar na devida consideração nem a causa nem o homem, ele é o eleito da nação e o ato de sua eleição é o trunfo que o povo soberano lança uma vez em cada quatro anos. A Assembléia Nacional eleita está em relação metafísica com a Nação ao passo que o Presidente eleito está em relação pessoal com ela. A Assembléia Nacional exibe realmente, em seus representantes individuais, os múltiplos aspectos do espírito nacional, enquanto no Presidente esse espírito nacional encontra a sua encarnação. Em comparação com a Assembléia ele possui uma espécie de direito divino; é Presidente pela graça do povo (MARX, 2008a, p.35).

A constituição francesa teve uma vida curta porque não percebeu que o bonapartismo tinha se inserido justamente na falha liberal de negar participação política às classes populares por medo do terror ou de um novo Bonaparte. Ao despotismo legislativo novamente veio o despotismo de um só homem que se afirmava demagógicamente, o representante único e legítimo defensor dos interesses do povo.

5 - CONCLUSÃO

Com o presente estudo buscou-se evidenciar a dificuldade de conceituar o novo, o desafio de enfrentar questões mais complexas como o surgimento de um governo personalista que ao contrário do que era noticiado, não era democrático, mas sim expressão de uma de suas antíteses.

Pela *História dos conceitos* percebe-se a importância de autores que vivendo naquele período teorizaram sobre seu presente, cunharam termos novos, mesmo percebendo a caducidade do passado recente e a incógnita sobre o futuro.

Pela leitura de Tocqueville e Marx, as experiências do passado podem não ser capazes de descrever e orientar o tempo presente porque a distância entre estas experiências e as questões fundamentais do tempo presente podem já ser outras, o que demonstra a aceleração e a incerteza que marcam a compreensão do tempo histórico na modernidade.

Se o preço da liberdade é a eterna vigilância, o preço da democracia é a sua eterna atualização em coexistência com a idéia de uma constituição, para que a forma democrática de governo nunca esteja enfraquecida e seja apropriada por algum "Bonaparte".

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRESS, David. *O Terror*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record 2007.

ARICÓ José. *Introdução. O Bolívar de Marx*. In: MARX, Karl. *Simón Bolívar por Karl Marx*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes: 2008, p.p.7- 31.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, et all. Coord. da trad. João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais - 6ª edição/ Brasília, DF; Editora Universidade de Brasília, 1994.

CONSTANT, Henri Benjamin de Rebecque. *Escritos Políticos*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GUIZOT, François. *Histoire de la Civilisation en Europe depuis la chute de l'Empire Romain jusqu'à la Révolution Française*. 8a. Edição, Paris: Didier, 1864.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto,1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; rev. da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio,2006, 368p.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia y hermenêutica*. Tradução: Faustino Oncina. Espanha: Paidós:1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Tradução por Manoel Luis Salgado Guimarães. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo - Triunfo e Decadência do Sufrágio Universal*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Editora UERJ e Editora UNESP, Rio de Janeiro, 2004.

MARX, Karl. *O dezoito de brumário de Louis Bonaparte*. Trad. Silvio Donizete Chagas. 4ª Ed., Centauro, São Paulo, 2008a.

MARX, Karl. *Simón Bolívar por Karl Marx*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes: 2008b.

NATALI, João Batista. *Robespierre, um inventor*. In ROBESPIERRE, Maximilien François Marie Isidore de. *Discursos e relatórios na Convenção*. Tradução: Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto,1999, pp. 7-16.

OUTHWAITE, William; *The Blackwell Dictionary of Modern Social Thought*. Advisory editor: Alain Touraine. 2ªed., Blackwell Publishing Ltd, Oxford, UK: 2006

RICHTER, Melvin; *A Family of Political Concepts: Tyranny, Despotism, Bonapartism, Caesarism, Dictatorship, 1750-1917*. European Journal of Political Theory. 2005; vol.4; p.221-248

RICHTER, Melvin; BAEHR, Peter; *Dictatorship in History and Theory: bonapartism, caesarism, and totalitarianism*. Estados Unidos da América, Cambridge University Press, 2004.

RICHTER, Melvin; *Tocqueville on Threats to Liberty in Democracies In: WELCH, CHERYL B. Cambridge companion to Tocqueville. Cambridge companions to philosophy.* Estados Unidos da América, Cambridge University Press, 2007, pp.275-305.

RICHTER, Melvin; *Toward a Concept of Political Illegitimacy: Bonapartist Dictatorship and Democratic Legitimacy.* Political Theory, 1982; 10; pp.185-214.

ROBESPIERRE, Maximilien François Marie Isidore de. *Discursos e relatórios na Convenção.* Tradução: Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto,1999

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social.* trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

ROBESPIERRE, Maximilien François Marie Isidore de. *Discursos e relatórios na Convenção.* Tradução: Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto,1999.

WOLOCH, Isser. *Napoleão e seus colaboradores.* Trad. Carlos Araújo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

[1] Koselleck em sua obra *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* explica a metodologia utilizada em sua pesquisa histórica e que baseia este presente estudo.

[2] Si existen tales presupuestos de la historia que no se agotan em el lenguaje ni son remitidos a textos, entonces la Histórica debería tener, desde el punto de vista epistemológico, um *status* que le impidaser tratada como um subcaso de la hermenêutica. Ésta ES la tesis que quiero fundamentar.

[3] Todo termo com o sufixo -ismo é um conceito considerado de movimento por Koselleck.

[4] "... . . is an inescapable, irreplaceable part of the political and social vocabulary. (...) Basic concepts combine manifold experiences and expectations in such a way that they become indispensable to any formulation of the most urgent issues of a given time. [T]hey are always both controversial and contested.

[5] Para a percepção deste uso nos discursos de Robespierre ver ROBESPIERRE, Maximilien François Marie Isidore de. *Discursos e relatórios na Convenção.* Tradução: Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto,1999.

[6] Sobre a ascensão de Napoleão e sua relação com Sieyès ver WOLOCH, Isser. *Napoleão e seus colaboradores.* Trad. Carlos Araújo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

[7] "the chronic disease fatal to (unicameral) legislatures is their intemperance in lawmaking. The tyranny of this branch consists in its insatiable will to keep making laws...The (characteristic) disease (*lèpre*) of democracies is impetuosity, that legislative imprudence which culminates in oppression"

[8] But I think that if democratic institutions are not introduced gradually among us [in France], and if all citizens are not provided with those ideas and sentiments that first prepare them for liberty, . . . there will be no independence for anyone, . . . but an equal tyranny for all. And I foresee that if in time we do not succeed in establishing the peaceful rule of the greatest number, we shall end up sooner or later under the unlimited power of a single person.

[9] A tyranny of Caesars was a scarecrow which could frighten no one.

[10] Sobre o cesarismo há um tópico final neste capítulo sobre seu uso pela sociedade da época e pelos seus sucessores.

[11] If an absolute government were ever established in a country with a society (état social) as democratic

and as deprived of morality (démoralisé) as France, there would be no conceivable limits upon tyranny. Under Bonaparte we have already seen one excellent specimen of such a regime. . .

[12] When Danton had the throats cut of those unfortunates whose only crime was that of not thinking as he did, was that liberty? When later Robespierre sent Danton to be guillotined because he dared to become his rival, no doubt that was justice, but was it liberty? . . . When Bonaparte . . . substituted the tyranny of a single person (la tyrannie d'un seul) for the tyranny of factions, was that liberty? . . .

[13] "Bonaparte was the greatest enemy of political liberty, which put obstacles in the way of his program. Bonaparte felt towards liberty that carefully-considered hatred peculiar to his genius, which was at once ambitious and dominating . . ."

[14] Jurists [*légistes*] create a theory and a philosophy [to justify] power in fact created by violence and force. Ever since the spread of Roman law, tyrants in all European nations have found it easier to recruit jurists than hangmen, although under despots both types flourish. Even the most mediocre usurper has his legal expert to prove that violence is law; tyranny, order; servitude, progress.

[15] Carta de Marx a Engels em 14 de fevereiro de 1858. Num texto de 7 de junho de 1883, Engels afirmou que "o rei negro Soulouque, do Haiti, foi o verdadeiro protótipo de Luís Napoleão III

[16] Mommsen em 1901 havia afirmado que o termo cesarismo era anacrônico.

[17] O uso é observado tanto em Lênin e Trotsky, como em Hobsbawn e Losurdo nos dias atuais. É interessante observar que para marxistas ortodoxos, a definição do bonapartismo apresentada por Marx e Engels tornou-se entre os anos 20 e 30 do séc. XX, o principal fundamento teórico da interpretação marxista do fascismo, análise presente na obra de Trotsky.

[18] O termo é desenvolvido por Marx no livro *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e por Engels em alguns trechos de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

[19] Sergio Pistone é professor Da Universidade de Turim e é o responsável pelo verbete de bonapartismo no *Dicionário de política* organizado por Bobbio, Matteucci, Pasquino.

[20] É o uso feito por grandes historiadores alemães como F. Meinecke, L. Dehio, F. Fisher, para explicar a política externa da Alemanha Guilhermina e nazista.

[21] Gládio Gemma é professor da Universidade de Módena, responsável pelo verbete sobre plebiscito no *Dicionário de política*, organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino.

[22] Cumpre diferenciar os dois termos apesar de que a partir de uma análise histórica possam ser entendidos como sinônimos. Plebiscito é usado para designar eventos excepcionais, normalmente às margens de previsões constitucionais. Dada a sua excepcionalidade usa-se o termo plebiscito para indicar pronunciamentos populares não precedidos de atos estatais (BOBBIO, 1994, p.927).